

Por um desenvolvimento duradouro

O programa de aceleração do crescimento (PAC) tem um objetivo muito maior do que apenas crescer. O crescimento econômico é o aumento da produção de um período em relação ao anterior. De fato quanto mais crescimento houver maior as possibilidades de se resolver problemas conjunturais do país.

Do ponto de vista da teoria econômica se pode dividir os problemas em conjunturais e estruturais. Os conjunturais envolvem questões de curto prazo como o controle da inflação e a geração de empregos, são as chamadas políticas de estabilização. Isto não quer dizer que não se atue com visão de longo prazo para estas questões, mas que os resultados precisam aparecer rapidamente sob a pena de forte protesto popular. As questões estruturais envolvem atitudes para o desenvolvimento do país e afetarão as gerações futuras.

O que diferencia o crescimento econômico do desenvolvimento está no patamar qualitativo. Um país pode estar crescendo, mas a sua população pode não usufruir deste crescimento, ou seja, pode ser que a renda esteja se concentrando em uma parcela da população, ou mesmo, esteja se deslocando para o exterior. Quando ocorre o desenvolvimento há uma melhora qualidade de vida da maior parte da população. É comum, por exemplo, se acreditar que esta melhora se meça apenas através da renda por habitante, sem considerar se a renda está bem distribuída, se as pessoas têm acesso aos serviços públicos básicos como educação, saúde e segurança.

O PAC, portanto, é um meio para se atingir um fim. O fim é o desenvolvimento e um dos meios é o crescimento. Ou em outras palavras: para se resolver um problema estrutural (desenvolvimento) conta-se com ferramentas conjunturais (crescimento). O governo procura conter a inflação e manter o nível de emprego e quer ainda, crescer economicamente. A qualidade deste crescimento, para que seja bem distribuído e duradouro esbarra em decisões que afetarão as próximas gerações como a política educacional, a segurança pública e a confiabilidade nas instituições para citar alguns exemplos. Decisões deste caráter vão além do dia a dia do poder executivo, situando-se na esfera do legislativo. A importância das decisões do congresso são muito menos conjunturais e muito mais estruturais. Em outras palavras, a qualidade de vida que queremos para as próximas gerações se decide hoje com leis que visionem para pelo menos vinte e cinco anos (uma geração, em média). Não se pode esperar e nem mesmo admitir decisões sobre previdência social, trabalhista, educacional que não considerem que existe futuro além dos próximos quatro anos.

As questões conjunturais e estruturais podem ser conflitantes. Existe uma tendência de acomodação quando a administração do dia a dia está sob controle. O bom momento da economia mundial favorece esta situação, isto quer dizer que os ventos estão a favor do crescimento, mas que a meta do desenvolvimento não deve ser esquecida. Os parlamentares, muito mais que representantes do povo, são co-autores do futuro do país conosco e com os outros poderes da república. Portanto, por tão nobre missão, deslizes éticos de conduta não condizem com aqueles a quem confiamos boa parte do futuro de nossa nação.

Paulo André de Oliveira
Economista

Professor da Faculdade Marechal Rondon